



**Grupo Coordenador do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (GC-Fhidro)**  
**Ata da 46ª reunião, realizada em 24 de setembro de 2015**

1 Em 24 de setembro de 2015, reuniu-se o Grupo Coordenador do Fundo de  
2 Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias  
3 Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (GC-Fhidro), na Cidade  
4 Administrativa, em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros  
5 titulares e suplentes: o presidente Marcelo da Fonseca e o presidente  
6 suplente André Luis Ruas, representantes da Secretaria de Estado de Meio  
7 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD); Maria de Fátima  
8 Chagas Dias Coelho e Breno Esteves Lasmar, do Instituto Mineiro de Gestão  
9 das Águas (IGAM); Mariana Paula Pereira, do Banco de Desenvolvimento de  
10 Minas Gerais (BDMG); César Cristiano de Lima, da Secretaria de Estado de  
11 Planejamento e Gestão (Seplag); Silvestre Dias, da Secretaria de Estado de  
12 Fazenda (SEF); Guilherme Augusto Duarte de Faria, da Secretaria de Estado  
13 de Desenvolvimento Econômico (Sede); Manuela Cardoso Stein, do Instituto  
14 Estadual de Florestas (IEF); Wilson Pereira Barbosa Filho, da Fundação  
15 Estadual do Meio Ambiente (FEAM); Gustavo Tostes Gazzinelli, do Fórum  
16 Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc);  
17 Virgílio Furtado da Costa, da Prefeitura Municipal de Lima Duarte.  
18 **ABERTURA.** O presidente Marcelo da Fonseca declarou aberta a 46ª  
19 reunião do Grupo Coordenador do Fhidro. **Assuntos em pauta. 1) EXAME**  
20 **DA ATA DA 45ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 45ª reunião  
21 do Grupo Coordenador do Fhidro, realizada em 3 de julho de 2015. Virgílio  
22 Furtado da Costa, da Prefeitura de Lima Duarte, registrou justificativa de  
23 ausência de representante da Prefeitura de Contagem na reunião anterior. **2)**  
24 **DELIBERAÇÃO SOBRE O PERCENTUAL ANUAL DO FHIDRO A SER**  
25 **REPASSADO AOS COMITÊS DE BACIA PARA ESTRUTURAÇÃO E**  
26 **OPERACIONALIZAÇÃO. Apresentação: Diretoria de Gestão das Águas e**  
27 **Apoio aos Comitês de Bacia/IGAM.** Após apresentação de nota técnica  
28 pelo diretor de Gestão das Águas e Apoio aos Comitês, Breno Esteves  
29 Lasmar, o Grupo Coordenador do Fhidro deliberou por unanimidade o  
30 repasse anual de 7,5% dos recursos previstos para os Comitês de Bacia,  
31 para estruturação e operacionalização, nos termos da proposta apresentada  
32 pelo IGAM. Ficou aprovado ainda que eventuais suplementações de  
33 recursos até o fim deste ano deverão ser automaticamente incorporadas à  
34 presente deliberação, não necessitando serem submetidas a apreciação e  
35 deliberação do GC-Fhidro. **3) APRESENTAÇÃO SOBRE A APLICAÇÃO**  
36 **DO APORTE DE R\$ 19.986.037,05 PARA O PROGRAMA ÁGUA DE**  
37 **MINAS, APROVADO PELO PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE**

38 **RECURSOS HÍDRICOS (CERH). Apresentação: Gerência de**  
39 **Monitoramento de Qualidade das Águas/IGAM.** A equipe do IGAM fez  
40 apresentação sobre a aplicação financeira e a parte técnica do programa  
41 Água de Minas, destacando aspectos de monitoramento, ações  
42 desenvolvidas, resumo dos resultados de 2014, cenários futuros e  
43 perspectivas, além do detalhamento da execução financeira do aporte de R\$  
44 19.986.037,05 de recursos repassados. Em seguida, foram esclarecidos  
45 pontos destacados pelos membros do GC-Fhidro. Wilson Pereira Barbosa  
46 Filho alertou para a existência de extração ilegal de diamante e ouro no rio  
47 Jequitinhonha, com contaminação afetando a cidade de Olhos D'água. André  
48 Luis Ruas comentou que foi realizada operação da Polícia Militar na região e  
49 relatou sobre dificuldades para regularização da atividade. "Foi feita uma  
50 operação policial neste ano, mas as pessoas são presas e soltas depois, e  
51 voltam para o garimpo ilegal. O problema é que o rio Jequitinhonha tem uma  
52 lei estadual que fala que é um rio de preservação permanente. Há várias  
53 restrições de atividades, e mesmo a atividade de extração de diamante não  
54 poderia se regularizar pela SEMAD; não conseguimos fazer o licenciamento  
55 ambiental porque é proibido por lei. Formou-se um passivo ambiental  
56 gigantesco na região, e só cresce a devastação. E é um problema social,  
57 porque são 1.500 pessoas nessa situação irregular, trabalhando, e tem um  
58 problema com as máquinas, pois não se consegue nem retirá-las do leito do  
59 rio por falta de equipamento. Na SEMAD, pedimos até o apoio do Exército. O  
60 Jequitinhonha é um rio federal e teria que ter outorga da ANA, por exemplo,  
61 e até escapa do âmbito do Sisema. Mas esse assunto está sendo discutido  
62 na SEMAD." Presidente Marcelo da Fonseca: "Temos que deixar registrado  
63 que lá, antes de se falar em problema ambiental, no caso específico de  
64 recursos hídricos, tem que se resolver a questão de segurança pública. A  
65 equipe de fiscalização não consegue garantir a segurança dos nossos  
66 técnicos para entrar no local. A primeira ação é a garantia da segurança  
67 pública, que até hoje as forças públicas de Minas ainda não conseguiram  
68 garantir para a equipe técnica. A SEMAD está pronta para fazer a ação na  
69 região, mas não conseguimos acessar ao local em função do risco da  
70 integridade da nossa equipe." Virgílio Furtado da Costa questionou se existe  
71 uma política pública de interesse social e financeira para se reverter o quadro  
72 do garimpo no Jequitinhonha. Marcelo da Fonseca: "A Subsecretaria de  
73 Regularização Ambiental está com uma proposta, e nós estamos avaliando  
74 se é possível fazer a regularização da área externa. Não dá para se fazer na  
75 calha do rio, em função de vedação legal. Mas, como a área é muito grande,  
76 estamos avaliando se conseguiremos ter viabilidade de exploração em área  
77 externa à que seria considerada de preservação permanente. Está sendo  
78 avaliado se é viável tecnicamente e ambientalmente a regularização da área,  
79 em parceria com a cooperativa dos garimpeiros." Virgílio Furtado da Costa  
80 propôs que fosse estudada a criação de uma política pública de substituição

81 da atividade local, oferecendo alternativas econômicas sustentáveis,  
82 socialmente e ambientalmente. Maria de Fátima Chagas Dias Coelho  
83 solicitou que essa problemática do Jequitinhonha seja levada ao  
84 subsecretário de Gestão e Regularização Ambiental Integrada, Geraldo Vitor  
85 de Abreu, propondo que a SEMAD apresente uma proposta à Subsecretaria  
86 de Estado de Direitos Humanos e à Secretaria de Estado de Trabalho e  
87 Desenvolvimento Social, considerando a abrangência dos problemas na  
88 região. Nesse sentido, recomendou que seja solicitada uma reunião com o  
89 subsecretário Geraldo Vitor de Abreu para discussão do assunto.  
90 Retornando ao tema específico de monitoramento do programa Água de  
91 Minas, André Luis Ruas propôs ao IGAM solicitar que os dados de  
92 monitoramento da qualidade da água apresentados nos licenciamentos  
93 ambientais sejam entregues georreferenciados, para que possa ser montada  
94 uma base de dados integrada. Sugeriu, inclusive, a possibilidade de criação  
95 de uma norma para que seja estabelecido esse procedimento. Maria de  
96 Fátima Chagas Dias Coelho considerou pertinente a proposta e defendeu a  
97 estruturação de um projeto amplo para aprimoramento da rede de  
98 monitoramento da qualidade da água, considerando também outros  
99 parâmetros. “A questão não é só banco de dados, é preciso articular a  
100 informação e ter maior enriquecimento da base de dados – temos os planos  
101 de bacia também. Às vezes, fica o foco da metodologia usada. Nós  
102 trabalhamos com metodologia acreditada, com laboratório acreditado, então  
103 tem toda uma análise. Eu acho que é um grande projeto para que o dado do  
104 licenciamento seja aplicável para se avaliar a melhoria da qualidade  
105 ambiental do Estado. É uma rede muito rica, e, mais do que plotar, teríamos  
106 que fazer essa análise, para exigir do empreendedor mais qualidade em  
107 termos de coleta e de análise.” Breno Esteves Lasmaz propôs também a  
108 utilização do plano diretor como base para o projeto. “O mais relevante é  
109 pegarmos a partir do plano diretor de recursos hídricos aprovado pelo  
110 comitê, que já indica as prioridades de monitoramento, para já sinalizarmos  
111 na regularização quais seriam os pontos que a condicionante pudesse  
112 prover. Existem áreas de monitoramento de interesse identificadas nos  
113 estudos. Seria recomendar à determinada Supram que, ao estabelecer  
114 condicionantes, oriente para aqueles pontos de interesse no estudo  
115 específico.” Virgílio Furtado da Costa recomendou que fosse incluído nesse  
116 projeto um plano de tratamento da vazão de entrega. Gustavo Tostes  
117 Gazzinelli questionou qual seria o custo dos dez pontos de amostragens  
118 apresentados no programa Água de Minas e solicitou que seja pautada no  
119 GC-Fhidro ou no Plenário do CERH uma discussão sobre os próximos  
120 pontos de monitoramento do programa a serem implantados. “Que nós  
121 pudéssemos discutir as principais lacunas no Estado para termos uma ideia  
122 do valor disso, onde implantar todos, onde é necessário, inclusive, para se  
123 colocar pontos quantitativos. Em algumas áreas que já foram, inclusive,

124 declaradas de conflito e em outras que não são declaradas, mas que já  
125 vivem situação de conflito, como é o caso do Alto Rio das Velhas e Alto Rio  
126 Paraopeba. Eu acho que, na definição dos próximos pontos, deveria ter uma  
127 abertura para que sejam mais de dez, porque, dependendo do custo – não  
128 só de instalação, mas de manutenção, segurança etc. –, nós devemos  
129 priorizar isso. E devemos eleger aquelas regiões do Estado onde está  
130 havendo maior demanda de água e onde há grandes usuários consumindo  
131 água, em que todas as informações que nós temos são baseadas em  
132 automonitoramento. Então chegou a hora de o Estado tomar uma atitude. Eu  
133 cito o exemplo de um grupo de trabalho de que estou participando, sobre  
134 água subterrânea. A representante da CPRM falou que na região do colar  
135 metropolitano tem dois pontos de monitoramento. O poder público tem dois  
136 pontos de monitoramento subterrâneo, e só uma mina da Vale, qualquer que  
137 seja, tem dez ou 15 pontos. Então não é possível que o Estado continue  
138 dessa forma, absurdamente, refém do automonitoramento.” Maria de Fátima  
139 Chagas Dias Coelho considerou que a manifestação do representante do  
140 Fonasc se enquadra à linha de propostas para a rede de monitoramento do  
141 Estado, e registrou a seguinte informação: “Nós vamos iniciar um trabalho do  
142 plano estadual de segurança hídrica, e estamos escrevendo os termos de  
143 referência. Quando se faz segurança hídrica, tem que se articular qualidade  
144 e quantidade, e no sentido de cheias também. Então seria a construção de  
145 um plano mais amplo. Quando tivermos a ideia um pouco mais amadurecida,  
146 iremos levar ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Mas,  
147 independentemente desse plano, nós temos que trabalhar no aprimoramento  
148 dessa rede conforme as propostas do Virgílio e do Gazzinelli. E também,  
149 como foi muito bem colocado aqui pelo André Ruas, aproveitar a rede de  
150 monitoramento das empresas.” **4) RETORNO DE PROJETO APROVADO**  
151 **PELO GRUPO COORDENADOR PARA DELIBERAÇÃO DE APORTE DE**  
152 **NOVOS RECURSOS FINANCEIROS. 4.1) Projeto 410/2013 - Termo de**  
153 **referência para elaboração de estudos de concepção e projetos**  
154 **executivos do sistema de esgotamento sanitário. Município: Mar de**  
155 **Espanha/MG. Proponente: Prefeitura Municipal de Mar da Espanha.**  
156 Aprovado por unanimidade o aporte de recursos nos termos do parecer  
157 técnico/orçamentário da Sefhidro. Gustavo Tostes Gazzinelli sugeriu que  
158 seja elaborada uma deliberação definindo que a aprovação de ajustes de  
159 valores já aprovados, como este presente caso, não necessite ser submetida  
160 ao Grupo Coordenador do Fhidro e que seja delegada a competência ao  
161 IGAM. Solicitou ainda uma exposição ao GC-Fhidro, por parte da Secretaria  
162 de Estado de Planejamento e Gestão, Secretaria de Estado de Fazenda,  
163 Advocacia Geral do Estado e Secretaria de Governo, sobre os prazos  
164 estabelecidos para repasses dos recursos do Fhidro e os compromissos  
165 assumidos pelo governo. Maria de Fátima Chagas Dias Coelho propôs que  
166 seja feita alteração da Resolução do IGAM dando autonomia ao órgão para

167 aprovação de ajustes de aportes financeiros já aprovados, e informou que,  
168 nesses casos, posteriormente, haverá a prestação de contas ao Grupo  
169 Coordenador dos projetos aprovados. Ressaltou também decisão da Câmara  
170 de Orçamento e Finanças no sentido da garantia de liberação dos recursos  
171 dentro dos prazos previstos. “Foi a primeira vez que o recurso do Fhidro teve  
172 uma liberação factível dentro da disponibilidade. O recurso da cobrança, na  
173 íntegra, consta do orçamento aprovado, liberado pela COF. Os recursos da  
174 cobrança estão totalmente aprovados, em seu valor total. Isso é importante  
175 porque, se não tiver previsão orçamentária, ou se não for uma previsão  
176 orçamentária realista, não se consegue empenhar os valores.” **5) RETORNO**  
177 **DE PROJETO APROVADO PELO GRUPO COORDENADOR PARA**  
178 **DELIBERAÇÃO DE REDUÇÃO DO VALOR DE REPASSE DO FHIDRO E**  
179 **AUMENTO DO VALOR DA CONTRAPARTIDA SEM ALTERAÇÃO DO**  
180 **VALOR TOTAL. Apresentação: Secretaria Executiva do Fhidro. 5.1)**  
181 **Projeto 389/2011 - Estudo de impactos de mudanças climáticas nos**  
182 **recursos hídricos através da análise da chuva oculta em florestas**  
183 **montanas: avaliação e monitoramento qualiquantitativo da relação**  
184 **entre vegetação, fatores climáticos e efeito nebuloso na serra da**  
185 **Mantiqueira. Proponente: Instituto Alto Montana da Serra Fina. Aprovada**  
186 **por unanimidade a alteração na composição de valores com redução do**  
187 **repasso do Fhidro e aumento da contrapartida, sem alteração do valor total,**  
188 **nos termos do parecer técnico/orçamentário da Sefhidro. A Presidência do**  
189 **GC-Fhidro acatou sugestão no sentido de que o IGAM faça comunicação à**  
190 **Gerência de Energia e Mudança Climática da FEAM informando sobre os**  
191 **projetos aprovados, para que sejam considerados em seus estudos. 6)**  
192 **DELIBERAÇÃO PELO ARQUIVAMENTO DE PROJETO QUE NÃO**  
193 **ATENDEU ÀS SOLICITAÇÕES DE ATUALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS.**  
194 **6.1) Projeto 316/2010 - Realizar o cadastramento participativo de**  
195 **usuários das águas, a implantação de um sistema de informações**  
196 **geográficas. Proponente: Instituto Voçoroca. Item retirado de pauta para**  
197 **que retorne na próxima reunião com disponibilização prévia de parecer**  
198 **técnico, justificativa e demais documentos necessários à análise pelos**  
199 **membros do Grupo Coordenador. 7) ASSUNTOS GERAIS. Requerimentos**  
200 **aprovados. O Grupo Coordenador do Fhidro aprovou por unanimidade os**  
201 **seguintes requerimentos: 1) Apresentação do cronograma de liberação dos**  
202 **recursos da cobrança, por parte da Secretaria de Estado de Planejamento e**  
203 **Gestão, Secretaria de Estado de Fazenda, Advocacia Geral do Estado e**  
204 **Secretaria de Governo, conforme proposto nesta sessão por Gustavo Tostes**  
205 **Gazzinelli. 2) Apresentação de proposta de alteração de Resolução do IGAM**  
206 **estabelecendo que não é necessário que os projetos já aprovados pelo GC-**  
207 **Fhidro retornem para deliberação de ajustes de orçamento. Que seja**  
208 **colocada em pauta, na próxima reunião, uma minuta de alteração com**  
209 **definição dos percentuais a serem observados e a quem o GC-Fhidro deverá**

210 delegar a competência para a alteração de valores, conforme proposto nesta  
211 sessão por Gustavo Tostes Gazzinelli. **Análise de projetos.** Virgílio Furtado  
212 da Costa registrou as seguintes considerações: “Se não me engano, o  
213 Projeto nº 170, pela norma dos editais do Fhidro para se instalar um sistema  
214 de esgotamento sanitário, solicitava à época que a área fosse de  
215 propriedade do município onde se instalaria a estação de tratamento de  
216 esgoto. O município de Simão Pereira comprou uma área de 20 mil metros  
217 quadrados, atendeu o edital e apresentou o projeto. Por motivos outros,  
218 arrumaram um procedimento de pontuar projetos, e quem tivesse com  
219 número menor que 18 estaria excluído do processo. Isso depois que a regra  
220 do jogo aconteceu. Hoje o prefeito tem uma área de 20 mil metros  
221 quadrados, que ele tem que tomar conta para não ser invadida, em uma área  
222 de APP. Dentro do nosso Comitê do Preto e Paraibuna e do Pomba e  
223 Muriaé, isso alastrou no meio dos prefeitos, e os prefeitos dessa região – que  
224 são 88 hoje – têm ojeriza em comprar área. Quando se fala com o prefeito  
225 que ele tem que comprar área para talvez ser atendido com projeto de  
226 tratamento de esgoto para uma comunidade, simplesmente, não querem  
227 comprar. Por essa burocracia da nossa lei estadual ou de resolução da AGE  
228 ou deliberação, nós estamos repetindo essas situações. Eu gostaria de pedir  
229 que o grupo de analistas do Fhidro estudasse isso. Nos chegou informação  
230 de quatro projetos, sendo três da cidade de Rio Preto e um da cidade de Rio  
231 Pomba, que foram reprovados porque a área não era de propriedade do  
232 município. Todos os quatro projetos tinham documento de doação de área de  
233 terceiro para a prefeitura ou um decreto-lei do município declarando a área  
234 passível de desapropriação por interesse público, para ali se instalar uma  
235 estação de tratamento de esgoto. No recurso, no prazo de cinco dias, isso  
236 tudo foi apresentado aos analistas do Fhidro, e, naturalmente, por seguirem  
237 essa resolução, essa determinação, se viram obrigados a falar não. Eu  
238 também acho que situações iguais a essa teriam que vir para o comitê  
239 gestor.” Breno Esteves Lasmar: “As normas do Fhidro estão sendo revistas  
240 para serem feitos aperfeiçoamentos. Uma das orientações é no sentido de  
241 tornar a análise do Fhidro mais lógica, ter documentos atinentes às fases  
242 específicas, mérito de projeto que vai ser analisado, e depois as fases de  
243 documentações que são necessárias para comprovar legitimidade etc. E por  
244 fim as documentações que estariam atreladas para se conveniar. Assim  
245 evita-se que o projeto não seja nem avaliado sob a ótica do mérito quando  
246 faltar um documento que só vai ser necessário numa etapa conclusiva e  
247 final. Quanto à questão específica do terreno, se não houver exigência prévia  
248 de que teria que ter documento de comprovação de propriedade, isso  
249 poderia ficar para uma fase posterior. Se foi observada essa recomendação  
250 de indeferimento, é porque esse documento estava sendo exigido – ainda  
251 que erroneamente sob a ótica da lógica – numa fase preliminar do projeto.  
252 Então nós temos que trabalhar no sentido de rever essa estrutura.” Virgílio

253 Furtado da Costa propôs que os quatro projetos citados fossem pautados  
254 para reanálise do GC-Fhidro.” O presidente Marcelo da Fonseca informou  
255 que os projetos não poderão ser pautados para reanálise, porque o edital  
256 não permite, mas solicitou que seja feita uma exposição pelo IGAM dos  
257 motivos que levaram à não habilitação, para que o GC-Fhidro possa avaliar  
258 os procedimentos e sugerir mudanças dentro das propostas de revisão de  
259 normativas. **Revisão de normas.** Gustavo Tostes Gazzinelli solicitou que  
260 seja pautada na próxima reunião uma apresentação sobre a situação do  
261 processo de revisão de normas, que competem ao Fhidro, previstas em  
262 projeto de lei ou em normas internas do Sisema. **8) ENCERRAMENTO.** Não  
263 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Marcelo da Fonseca  
264 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi  
265 lavrada esta ata.

---

266  
267 **APROVAÇÃO DA ATA**  
268

---

269  
270 **Marcelo da Fonseca**  
271 **Presidente do GC-Fhidro**